

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, abril de 2016, número 100. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

Concentração fundiária e conflitos socioambientais em Mato Grosso – Brasil.

ARTIGO DO MÊS

Camponeses e a necessária busca do tempo perdido.

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

XVIII Encontro Nacional de Geógrafos – ENG 2016

“A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia”

UFMA-UEMA/São Luis – Maranhão, 24 a 30 de julho de 2016.

Conferencia Internacional: “tierra y territorio en las Américas: acaparamientos, resistencias y alternativas.

Bogotá – Colômbia, 26 al 29 de agosto de 2016.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Pequeno Ensaio Cartográfico Sobre o Uso de Agrotóxicos no Brasil.

Autora: Larissa M. Bombardi.

Disponível em e-book, no livro estão inseridos mapas já publicados pela autora em diversos artigos sobre o tema. Inclui também alguns mapas e gráficos novos, com dados ainda não publicados.

Para baixar:

<http://www.larissabombardi.blog.br/-!livros/snxz6>.



Quilombo Porto Dom João - São Francisco do Conde / Bahia - Brasil.

Produção: GeografAR

(UFBA).

Documentário desnuda a situação fundiária do quilombo. Busca analisar o processo de (re)produção do espaço no campo baiano a partir da correlação de forças que se define pela ação política dos sujeitos sociais organizados.

Para

ver:

https://www.youtube.com/watch?v=LCi8fge_LB



PodCast Unesp – Pod Territorial.

Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

EQUIPE:

Editoração: Danilo Valentin Pereira, Pedro Henrique C. de Moraes (bolsista PIBIT) e Lucas Pauli (bolsista FAPESP).

Revisão: Juliana G. B. Mota, Tiago E. A. Cubas (bolsista FAPESP), Leandro N. Ribeiro (bolsista CAPES), Ana L. Teixeira, Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ), Lara C. Dalpério (bolsista FAPESP) e Rodrigo S. Camacho.

Coordenação: Janaína F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, Valmir J. de O. Valério e Danilo Valentin Pereira.

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM MATO GROSSO – BRASIL

Onélia Carmem Rossetto

Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade - GECA – Departamento de Geografia – UFMT

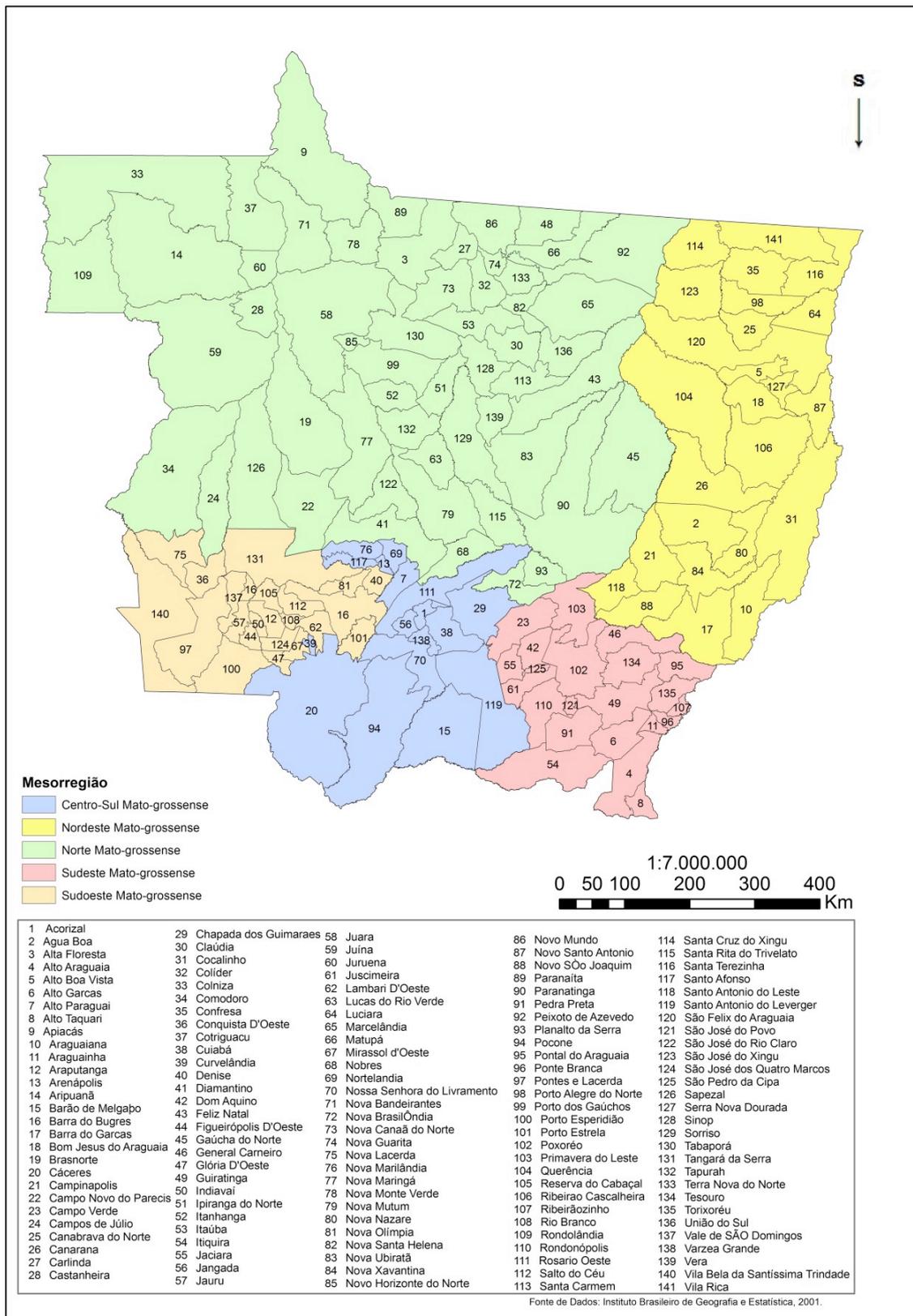
carmemrossetto@gmail.com

O processo de expansão da fronteira agrícola em Mato Grosso ocorreu a partir dos anos 60 do século XX e se caracterizou pela exploração da natureza e pela subordinação dos camponeses, pequenos produtores rurais que já habitavam as terras do estado ou que foram trazidos pelas colonizadoras oficiais e particulares. Tais instituições reproduziram a lógica capitalista, como correlato, a concentração de terras calcada nos princípios do agronegócio vem se acentuando em permanente conflito com a lógica camponesa.

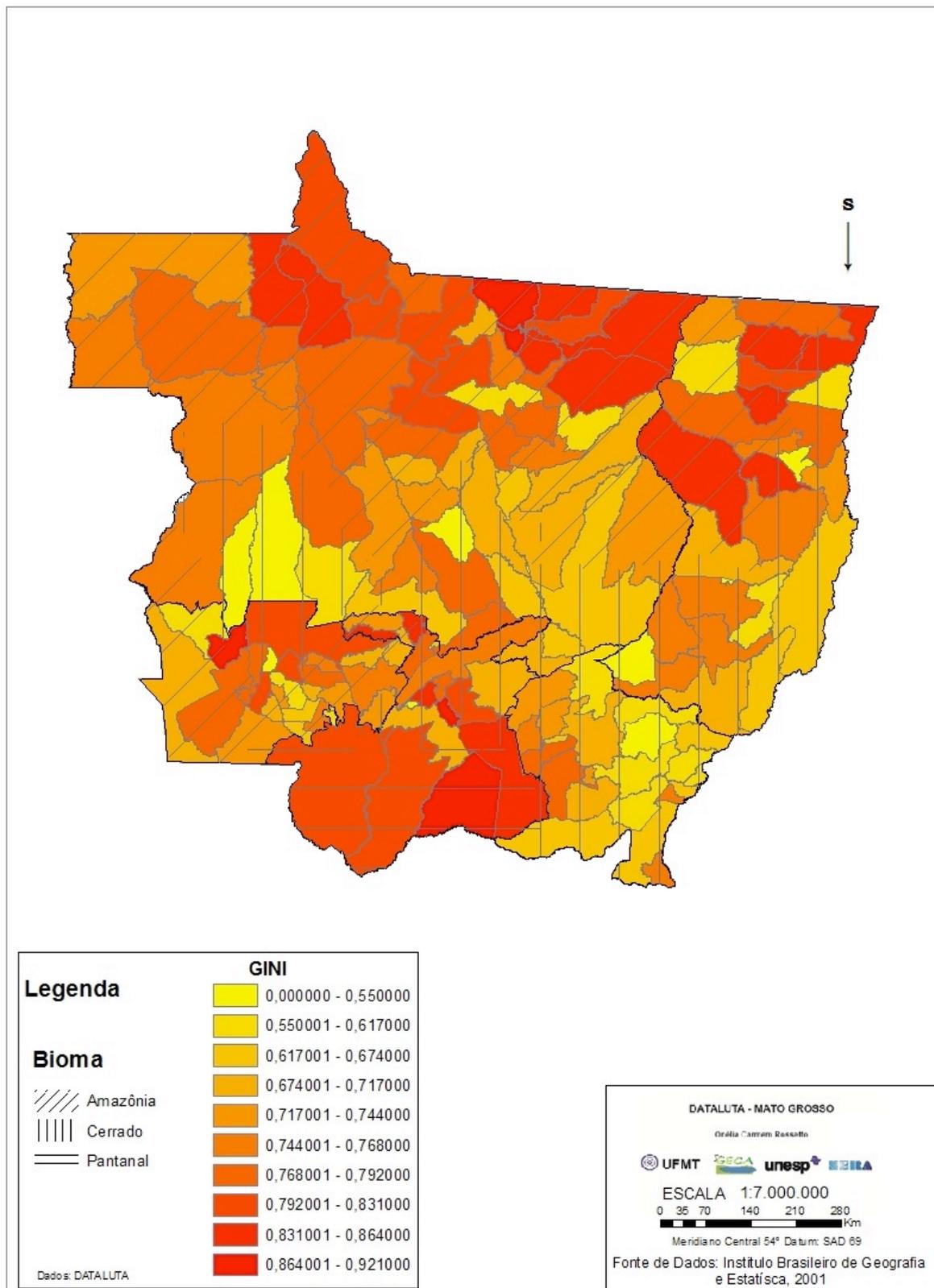
Nas palavras de Fernandes (s.d.p.1) os conflitos no âmbito da questão agrária por não estarem concluídos no momento da sua ocorrência, podem ser analisados com base no conceito de conflitualidade, expresso como “...processo constante, alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo...”. Na perspectiva do autor, o melhor entendimento dos processos geográficos gerados pelos conflitos ocorre quando são analisadas as suas temporalidades e espacialidades.

No estado de Mato Grosso, a análise das múltiplas temporalidades e espacialidades calcadas nos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização camponesa remete a constatação de que, em contrapartida à concentração de terras e aos promissores indicadores econômicos do agronegócio, está a resiliência dos camponeses e os elevados custos sociais e ambientais desse modelo econômico. Subsidiado por essa premissa, o presente artigo busca realizar uma análise do processo de concentração de terras no estado de Mato Grosso e os impactos socioambientais nas mesorregiões onde os elevados índices de GINI revelam a degradação ambiental e os conflitos dela decorrente. Para tanto, utiliza os dados levantados pelo Projeto Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA Mato Grosso e os conhecimentos gerados pelo debate teórico e em pesquisas de campo realizadas pelo Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade – GECA/UFMT.

A análise do mapa das Mesorregiões do Estado de Mato Grosso, comparado com o Mapa do Índice de GINI fundiário possibilita constatar que praticamente todo o território estadual apresenta elevada concentração de terras, com destaque para as Mesorregiões Norte, Nordeste, Sudoeste e Centro Sul Matogrossense. (Mapas 1 e 2)



MAPA 1 – MATO GROSSO - MESORREGIÕES E MUNICÍPIOS



MAPA 2 – MATO GROSSO – ÍNDICE DE GINI DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA – 2014 - IMÓVEIS RURAIS - INCRA

A Mesorregião Norte Mato-grossense, área altamente explorada pelo capital e que engloba as Microrregiões de Aripuanã, Alta Floresta e Paranatinga representou o *locus* do processo de expansão da fronteira agrícola. O município de Alta Floresta foi criado a partir de um projeto de colonização particular, através da Colonizadora Integração, Desenvolvimento e Colonização - INDECO S/A em uma área de 527.936,7400 hectares com 3.487 lotes rurais e 7.493 lotes urbanos. Os agricultores eram migrantes do centro-sul do país que, sob os auspícios da colonizadora, se sujeitavam a qualquer tipo de trabalho com a esperança de acesso a renda que propiciasse a compra de terras, atualmente muitos desses migrantes e seus descendentes integram a classe camponesa do norte mato-grossense.

Pesquisas realizadas por Rossetto (2015-a) revelam que no conjunto das mesorregiões do estado de Mato Grosso os estabelecimentos da Agricultura Familiar estão concentrados nas Microrregiões de Colíder, Alta Floresta, Aripuanã e Alto Teles Pires, onde um módulo fiscal varia entre 90 e 100 hectares, como correlato, uma propriedade da agricultura familiar camponesa possui entre 360 e 400 hectares e se caracteriza pelo considerável grau de tecnificação e subordinação ao agronegócio por meio da cadeia carne-grãos,

O modelo econômico adotado no auge da expansão da fronteira agrícola e que permanece na atualidade, está baseado na produção de *commodities* agrícolas cujos impactos sociais e, sobretudo, ambientais, tem gerado tensões entre produtores, ambientalistas e camponeses haja vista que desde 2013 os dados apontam para a retomada do desmatamento em Mato Grosso (IMAZON, 2015). As pesquisas evidenciam que o desmatamento tem se concentrado no Bioma Amazônia, na Microrregião de Aripuanã, com destaque para o município de Colniza que representou 19% de toda a área devastada no estado entre agosto e dezembro de 2015.

Tais indicadores revelam que os detentores do agronegócio continuam apostando na impunidade, na crença de que as regras do Código Florestal (Lei 12.651/2012) e as limitações para comercialização de produtos agropecuários oriundos de desmatamentos ilegais não serão mantidas ou poderão ser fraudadas.

A análise do mapa de índice de GINI demonstra altas taxas de concentração fundiária nos municípios que lideram as estatísticas de desmatamento em Mato Grosso entre 2014 e 2015, são eles: Aripuanã, Cotriguaçu, Feliz Natal, Juara, Juína, Nova Bandeirantes, Querência, São José do Xingu e União do Sul e no topo do ranking, o município de Colniza, que apresenta índice de GINI entre 0,860 a 0.910, os maiores no contexto estadual.

Conclui-se, portanto, que a concentração de terras e de capital no bojo do modelo agrícola adotado resulta em impactos socioambientais negativos prejudiciais principalmente as populações camponesas e aos indígenas. Segundo dados do Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA Mato Grosso, entre 2000 e 2014, nos municípios elencados como líderes do desmatamento e da concentração fundiária, a atuação dos movimentos socioterritoriais é ínfima (Quadro 1), tal fato revela que os camponeses estão subjugados ao agronegócio, principalmente por meio das atividades econômicas, arrendando suas terras, inseridos na cadeia carne-grãos ou mesmo vendendo sua força de trabalho.

QUADRO 1 - MATO GROSSO - MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E MUNICÍPIOS ONDE ATUARAM EM 2000-2014			
SIGLA	NOME DO MOVIMENTO SOCIOT	MUNICÍPIOS	MESORREGIÕES
ASA	Associação Santo Antônio	Guiratinga	Sudeste mato grossense
ASTECA	Associação Técnica de Cooperação Agrícola	Rondonópolis	Sudeste mato grossense
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	Jangada, Novo Mundo, Peixoto de Azevedo, Nova Guarita, Rosário Oeste	Centro Sul mato grossense, Norte mato grossense,
CPT	Comissão Pastoral da Terra	Guiratinga, Itaúba, Jaciara, Rio Banco, Chapada dos Guimarães, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Nova Guarita, Poxoréo, Santo Antônio do Leverger, Peixoto de Azevedo	Sudeste mato grossense, Centro Sul mato grossense, Norte mato grossense
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens	Acorizal	Centro Sul mato grossense
MOVIMENTOS INDÍGENAS	Movimentos Indígenas	Nova Guarita, Diamantino, Nova Marilândia, Nova Maringá, Alto Boa Vista, Rondonópolis, Peixoto de Azevedo	Norte mato grossense, Centro Sul mato grossense, Nordeste mato grossense,
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Cáceres, Jaciara, Nova Olímpia, União do Sul, Cláudia, Sinop, Glória D'Oeste	Centro Sul mato grossense, Norte mato grossense, Sudoeste mato grossense
MTA	Movimento dos Trabalhadores Assentados	Rondonópolis	Centro Sul mato grossense
MTAA/MT	Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados de Mato Grosso	Cáceres, Cuiabá, Rondonópolis	Centro Sul mato grossense,
MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais	Porto Alegre do Norte	Nordeste mato grossense
OI	Organização Independente	Chapada dos Guimarães	Centro Sul mato grossense
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Nova Brasilândia, Rosário Oeste, Nova Ubiratã	Centro Sul mato grossense, Norte mato grossense
AGRICULTORES QUE VIVIAM EM TERRA INDÍGENA	Agricultores que viviam em terra Indígena	Alto Boa Vista	Nordeste mato grossense

Fonte: DATALUTA Mato Grosso - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2015.

Ademais, as relações políticas e sociais de produção impõem sanções econômicas e revelam a existência dos mesmos mecanismos ideológicos do período de expansão da fronteira agrícola para assegurar a sujeição do camponês qual seja: “sem estar atrelado ao *grande produtor*, a *pequena produção camponesa* não sobrevive”. Tal afirmação, apesar de significar um engodo, está presente na mentalidade e nos discursos da população da região no território do agronegócio e é evidenciada constantemente nas pesquisas de campo.

Inserida em contexto semelhante, a Mesorregião Nordeste Mato-grossense, Microrregião Norte Araguaia, também conhecida como Vale do Araguaia, apresenta elevado índice de concentração fundiária (GINI entre 0,860 a 0,910), especificamente nos municípios de Santa Terezinha, Vila Rica, Santa Cruz do Xingu e Conquista D'Oeste.

A base econômica do Vale do Araguaia, está calcada na produção pecuarista e a vegetação de transição entre o Bioma Cerrado e o Bioma Amazônia permite a exploração de madeiras nobres associada a abertura das áreas para a agropecuária, atualmente a região é apontada como novo eixo do desenvolvimento do agronegócio, como correlato, ocorre o desmatamento e significativos conflitos socioambientais, o principal está atrelado a criação de unidade de conservação e reservas indígenas.

Em síntese o conflito está ocorrendo entre o poder público e as elites políticas locais, em 2014 foi emitida a Portaria nº 294 do SPU revogada em fevereiro de 2015 que declarava de interesse público um imóvel de 1.627.686,4495 ha denominado de várzea do Rio Araguaia, localizado nos municípios de Luciara-MT, Canabrava do Norte-MT, Novo Santo Antônio-MT, Porto Alegre do Norte-MT, Santa Terezinha-MT, São Félix do Araguaia-MT, Formoso do Araguaia-TO, Lagoa da Confusão-TO e Pium-TO. Tal área está sendo reivindicada como de posse tradicional indígena - dos povos Kanela do Araguaia, dos Xerente e dos Tapirapé. Além das Terras Indígenas, a portaria determinava a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mato Verdinho, destinada aos Retireiros do Araguaia, comunidade tradicional que vive nas proximidades do município de Luciara. Entretanto, a classe política estadual e local revogou a Portaria e o conflito permanece.

Os Retireiros do Araguaia são uma população tradicional que vivem nas áreas inundáveis do rio Araguaia, cuja atividade econômica principal é a pecuária extensiva, e, por não terem suas terras legitimadas, sofrem constante ameaças principalmente através da grilagem das terras de ocupação tradicional. O grupo étnico Kanela habita o noroeste de Mato Grosso desde 1948, no entanto, atualmente, os indígenas vivem em diversos núcleos urbanos, nos municípios de Luciara, Santa Terezinha, Confresa, Canabrava do Norte e na aldeia Porto Velho, que constantemente é alvo de grilagem de terras e ocupação irregular de áreas públicas. Além da pressão exercida por fazendeiros existe empresas de capital nacional e internacional com interesses na região, o que dificulta ainda mais a resolução dos conflitos.

A Mesorregião Sudoeste Mato-grossense e a Mesorregião Centro Sul Mato-grossense inseridas no Bioma Cerrado e no Bioma Pantanal, respectivamente, tem em comum o elevado índice de concentração fundiária e a presença de comunidades tradicionais. Rossetto (2015-b) afirma que, apesar do capital privado não ter influenciado diretamente o ordenamento fundiário da região durante o processo de expansão da fronteira agrícola, a concentração de terras vem ocorrendo como resultado das políticas agrárias em diferentes temporalidades: no período das sesmarias, durante o sistema possessório e no período republicano onde os mecanismos de burla permitiram a posse de terras por uma mesma família por gerações consecutivas, e que resultaram nas extensas fazendas pantaneiras.

Os impactos socioambientais nas mesorregiões em questão estão atrelados a modernização da pecuária com a substituição dos pastos nativos pelos exóticos e o uso de insumos químicos juntamente com o avanço da monocultura da soja nos planaltos que circundam, aspecto pouco quantificado e analisado por pesquisas científicas. Entretanto, o protagonismo dos movimentos socioterritoriais é bastante acentuado em ambas as mesorregiões apontando para a ação de diversos grupos e movimentos que se fortalecem na luta pelo reconhecimento de suas identidades, seus territórios e seus direitos coletivos.

A dinâmica da expansão do agronegócio, a concentração da terra e da renda e os impactos socioambientais nas diferentes mesorregiões e Biomas de Mato Grosso reflete a situação atual da aplicação de políticas públicas, nesse contexto, a agricultura familiar camponesa encontra-se exposta aos riscos ambientais resultantes das práticas impostas porém, em constante processo de resistência e luta.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Bernardo Maçano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Disponível em: http://www.geografica.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.pdf Acesso em 10 de março de 2016.

IMAZON. Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/01/instituto-aponta-tendencia-de-retomada-do-desmatamento-em-mt.html>. Acesso em 12 de março de 2016.

ROSSETTO, Onélia Carmem (a). Faces da Agricultura Familiar Camponesa nas Microrregiões do Alto Pantanal e Tangará da Serra; Mato Grosso – Brasil. In: **Repercussões Territoriais do Desenvolvimento Desigual-Combado e Contraditório em Mato Grosso**. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. SILVA, Tânia Paula (Orgs.). Campo Grande; MS. Editora da UFMS,2015.

ROSSETTO, Onélia Carmem (b). Produção do Espaço Agrário no Estado de Mato Grosso e o Processo de Concentração de Terras no Pantanal Norte Mato-Grossense. In: ROSSETTO, Onélia Carmem. TOCANTINS, Nely (Orgs.). **Ambiente Agrário do Pantanal Brasileiro: Socioeconomia & Conservação da Biodiversidade**. Editora Compasso & Lugar, Cultura. Porto Alegre, 2015. Disponível em: http://issuu.com/imprensa.livre/docs/pantanal_parte_1
http://issuu.com/imprensa.livre/docs/pantanal_parte_2. Acesso em 09 de fevereiro de 2016.